

## EXAME NACIONAL DE ACESSO À ADVOCACIA 2020

### Prova Escrita

#### Instruções para realização da Prova Escrita:

1. A Prova Escrita começará às 10H00 e terminará às 13H00.
2. Durante este período, os candidatos terão 100 minutos para fazer o exame, findo os quais o sistema fechará automaticamente, deixando de ser possível aceder à plataforma.
3. A duração da Prova Escrita será controlada por meio de um cronómetro virtual, encerrando-se a sessão do candidato quando for atingido o tempo limite da sua realização e salvando-se todas as questões respondidas.
4. A Prova Escrita é de carácter individual, devendo os candidatos abster-se de quaisquer práticas fraudulentas que ponham em causa a sua participação.
5. A Prova Escrita é constituída por questões com respostas de múltipla-escolha. Para cada uma das questões, são apresentadas até cinco (5) alternativas de resposta, ordenadas com as letras A, B, C, D e E ou com os números 1, 2, 3, 4 e 5, das quais apenas uma (1) é certa e ao candidato apenas será permitida a escolha de uma alternativa como resposta.
6. Para cada questão o tempo máximo de resposta é de 2 minutos, findos os quais o sistema passará automaticamente para questão subsequente, não permitindo retroceder à nenhuma das questões precedentes.
7. Finda a Prova Escrita, o candidato receberá automaticamente o resultado expresso em valores ou percentagem com a referência “reprovado” ou “admitido para a prova oral”.
8. São admitidos à Prova Oral os candidatos que obtiverem uma classificação igual ou superior 10 valores ou 50% na prova escrita.

**GRUPO I**

**QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL – (4 VALORES/ ou 20%)**

**1.1. As leis, os tratados e os actos do Estado, e demais actos do poder local e dos entes públicos em geral só são válidos se:**

- a) Forem conforme a Constituição e a Lei;
- b) Forem conforme a Constituição e o Costume;
- c) Forem conforme a Constituição.

**1.2. No âmbito da instrução preparatória de um processo-crime, foi suscitada a necessidade de aceder a documentos que o Advogado X teve acesso no exercício da profissão. Qual é o procedimento a adoptar para o efeito?**

- a) O Procurador, no âmbito dos poderes de direcção da instrução preparatória nos processos-crime, deve ordenar buscas e apreensões para obter os documentos em causa, cabendo ao SIC a sua execução.
- b) O Procurador deve solicitar ao Bastonário da Ordem dos Advogados de Angola que ordene ao advogado a proceder a entrega dos documentos e nomear uma comissão para proceder ao levantamento dos documentos e respectiva entrega ao Procurador.
- c) O Procurador deve requerer uma ordem judicial no sentido da realização da busca, sendo que a diligência deve ser efectuada na presença do Magistrado competente e do representante da Ordem dos Advogados.

**1.3. O acesso aos tribunais para sindicar actos administrativos deve ser:**

- a) Precedido do prévio esgotamento das vias gratuitas previstas na lei.
- b) Operado sempre que o acto tenha carácter atentatório aos direitos ou interesses legítimos do cidadão.
- c) Accionado apenas quando existam meios económicos para solver os encargos da demanda.

**1.4. A jurisdição comum do sistema judicial angolano integra:**

- a) Tribunal Supremo, Tribunais da Relação, Tribunais Provinciais e Tribunais de Comarca.
- b) Tribunal Supremo, Tribunais de Comarca e outros Tribunais.
- c) Tribunal Supremo, Tribunal da Relação e outros Tribunais.

**1.5. O Poder Executivo em Angola caracteriza-se por ser:**

- a) Unipessoal, sendo que é titulado pelo Presidente da República que exerce os poderes auxiliado por um Vice-presidente, Ministros de Estado e Ministros com poderes delegados.
- b) Unipessoal auxiliado por um Conselho de Ministros, Ministros de Estado e Ministros, com poderes de decisão.
- c) Colegial, composto por um Governo titulado pelo Presidente da República que exerce os poderes auxiliado por um Vice-presidente, Ministros de Estado e Ministros com poderes delegados.

**1.6.O Estado pode interferir na propriedade privada e demais direitos reais por via dos seguintes meios:**

- a) Nacionalizações, confiscos e expropriações por utilidade pública.
- b) Expropriações por utilidade pública e requisições civis temporárias.
- c) Expropriações por utilidade pública, privilégio de execução prévia e nacionalizações.

**1.7.Ao abrigo da Constituição da República de Angola, a Ordem dos Advogados de Angola tem legitimidade para:**

- a) Requerer ao Tribunal Constitucional a fiscalização abstracta preventiva de qualquer norma.
- b) Requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de constitucionalidade de qualquer norma.
- c) Requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade de qualquer norma.

**1.8.O regime dos direitos, liberdades e garantias fundamentais estabelecido na Constituição impõe:**

- a) A criação de normas infra-constitucionais para a sua aplicação aos casos concretos.
- b) A aplicação directa aos casos concretos e a vinculação de todas as entidades públicas e privadas.
- c) A aplicação directa aos casos concretos sem vinculação de todas as entidades públicas e privadas.

**1.9. Em termos circunstanciais, a Constituição da República de Angola não pode ser alterada:**

- a) Durante a vigência do estado de emergência, estado de calamidade pública e estado de sítio.

- b) Durante a vigência do estado de emergência, estado de sítio e estado de guerra.
- c) Durante a vigência do estado de guerra, estado de calamidade pública e estado de emergência.

**1.10. A designação dos juízes dos Tribunais Superiores deve:**

- a) Ser feita de modo a evitar a sua total renovação simultânea.
- b) Ser feita de modo a garantir a sua renovação simultânea e permanente.
- c) Ser feita de modo a evitar a sua total renovação simultânea entre pares.

**GRUPO II**

**QUESTÕES DE DIREITO CIVIL – (4 VALORES/ ou 20%)**

**2.1. As causas de cessação da vigência da Lei são as seguintes:**

- a) Caducidade e reprivatização.
- b) Caducidade e revogação.
- c) Revogação e Suspensão.

**2.2. Diante de uma lacuna, nos termos do Código Civil, o Juiz deve adoptar o seguinte procedimento:**

- a) Abster-se de julgar, pois não é legislador.
- b) Julgar o caso de acordo com a sua consciência.
- c) Julgar o caso por *analogia legis*.

**2.3. António trocou a sua bicicleta pelo telemóvel de Berta, por simples acordo verbal. *Quid iuris?***

- a) Estamos diante de um facto irrelevante para o Direito.
- b) Estamos diante de um simples acto jurídico.
- c) Estamos diante de um negócio jurídico.

**2.4. Damião vendeu a sua vivenda a Fernando, por documento assinado por ambos, na presença de duas testemunhas:**

a) O acto é anulável.

b) O acto é válido.

c) O acto é nulo.

**2.5. Gunza e Henda celebraram um contrato, nos termos do qual, Henda obrigou-se perante Gunza a trabalhar para este pelo período de 2 (dois) anos, sem remuneração, caso não cumpra a obrigação. *Quid iuris?***

a) Por força do Princípio da Autonomia da Vontade, a cláusula é válida.

b) A cláusula é nula.

c) Estamos diante de uma lacuna da lei.

**2.6. Keve vendeu um imóvel a Lueji por escritura pública. No entanto, Lueji não registou a sua aquisição. *Quid iuris?***

a) A venda é válida.

b) A venda é nula.

c) A venda é anulável.

**2.7. Matondo vendeu a sua viatura, com todos os sinais de identificação no contrato, a Ngueve, mediante a forma admitida por lei. No entanto, não entregou o bem a Ngueve. *Quid iuris?***

- a) Não há a aquisição da propriedade por Ngueve até a entrega do bem.
- b) Não há a aquisição da propriedade enquanto Ngueve não registar a sua aquisição.
- c) Há aquisição da propriedade por parte de Ngueve.

**2.8. Merilson é casado com Domingas. No entanto, pretende formalizar a união de facto com Meury, a qual ama profundamente e com quem mantém uma relação há 10 anos. Quid iuris?**

- a) A pretensão de Merilson encontra fundamento no Código da Família;
- b) A pretensão de Merilson não encontra fundamento no Código da Família ;
- c) Trata-se de um caso não previsto na lei.

**2.9. Diga se a legítima:**

- a) Está ao dispor do autor da sucessão.
- b) Impõe-se mesmo contra a vontade do autor da sucessão.
- c) É uma desvantagem para os herdeiros.

**2.10. A sucessão legal pode ser:**

- a) Testamentária e contratual.
- b) Legítima e legitimária.
- c).Legítima e Contratual.



**GRUPO III**

**QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – (4 VALORES/ ou 20%)**

**3.1 Pode uma sociedade que não se ache legalmente constituída opor, quando demandada, a irregularidade da sua constituição?**

- a) Sim, porque não tendo personalidade jurídica não tem personalidade judiciária e, portanto, não pode ser demandada.
- b) Sim, porque não tem legitimidade.
- c) Sim, desde que não tenha procedido de facto como se estivesse legalmente constituída.

**3.2. Qual a afirmação correcta?**

- a) O patrocínio judiciário traduz-se num pressuposto processual relativo ao tribunal.
- b) O patrocínio judiciário consubstancia um pressuposto processual relativo às partes.
- c) O patrocínio judiciário consiste na susceptibilidade de ser parte.

**3.3. Numa acção que tenha por causa de pedir o direito de propriedade sobre um bem imóvel e o esbulho e cujo pedido vise o reconhecimento do direito invocado e consequente restituição da coisa, qual seria o tribunal competente em razão do território?**

- a) O tribunal do domicílio do réu.
- b) O tribunal do domicílio do autor.

c) O tribunal da situação do bem.

**3.4. Numa acção que tenha por objecto o incumprimento de um contrato de mútuo e consequente condenação do réu no pagamento de vinte milhões de Kwanzas, qual seria a forma de processo correcta?**

a) Processo especial de prestação de contas.

b) Processo comum sob a forma ordinária.

c) Processo comum sob a forma sumária.

**3.5. Qual a consequência da ineptidão da petição inicial?**

a) Nenhuma.

b) Nulidade de todo o processo.

c) Nulidade parcial do processo.

**3.6. Em qual destes casos a revelia é inoperante?**

a) Quando, havendo vários réus, nenhum deles conteste.

b) Quando o réu, apesar de ter sido citado regularmente na sua própria pessoa, não conteste dentro do prazo legalmente estabelecido.

c) Quando se trate de factos para cuja prova se exija documento escrito.

**3.7. Qual a consequência da verificação de uma excepção peremptória?**

- a) As excepções peremptórias obstam a que o tribunal conheça do mérito da causa e dão lugar à absolvição da instância.
- b) As excepções peremptórias importam a absolvição total ou parcial do pedido.
- c) As excepções peremptórias não têm qualquer relevância processual.

**3.8. Qual das seguintes afirmações é a correcta?**

- a) O Juiz está sempre vinculado às alegações das partes no que respeita às razões de direito que servem de fundamento à acção.
- b) Salvo os casos previstos na lei, o Juiz só se pode servir dos factos articulados pelas partes.
- c) O Juiz nunca está sujeito aos factos articulados pelas partes.

**3.9. Todos os despachos são recorríveis?**

- a) Não, os despachos de mero expediente e os proferidos no uso legal de um poder discricionário não admitem recurso.
- b) Não, só são recorríveis os despachos que se destinam a regular, em harmonia com a lei, os termos do processo.
- c) Sim, todos os despachos são sempre susceptíveis de recurso.

**3.10. Qual o prazo para a interposição dos recursos?**

a) 8 dias.

b) 10 dias.

c) 20 dias.

**GRUPO IV**  
**QUESTÕES DE DIREITO PENAL – (4 VALORES/ ou 20%)**

**4.1. O Direito Penal é um Ramo de Direito:**

- a) Privado.
- b) Público.
- c) Misto.

**4.2. As normas jurídico-penais:**

- a) Impõem ou proíbem condutas.
- b) Sancionam comportamentos.
- c) Impõem ou proíbem condutas e sancionam comportamentos.

**4.3. Quais são as reacções criminais consagradas no Código Penal?**

- a) As Penas e as Indemnizações.
- b) As Medidas de Segurança e as Multas.
- c) As Penas e as Medidas de Segurança

**4.4. Entre nós (Angola) as penas têm como finalidade:**

- a) A Prevenção.
- b) A Retribuição e a Prevenção.
- c) A Prevenção geral e a Prevenção especial.

**4.5. A Acção, enquanto elemento da infracção criminal:**

- a) É uma conduta humana e voluntária.
- b) É uma conduta humana involuntária.
- c) É uma conduta humana ou uma ocorrência natural.

**4.6. Que princípio rege a aplicação da lei penal no tempo?**

- a) Princípio da Legalidade.
- b) Princípio da Não-retroactividade.
- c) Princípio da Retroactividade.

**4.7. A afirmação “Não há responsabilidade objectiva em Direito Penal.” está:**

- a) Incorrecta.
- b) Correcta.

c) Parcialmente correcta.

4.8. A, funcionário público, que subtrai, no local de serviço, o dinheiro de B, seu colega, comete:

a) Furto.

b) Peculato.

c) Roubo.

4.9. A pessoa que pratica uma ofensa corporal em legítima defesa é:

a) Absolvida.

b) Condenada.

c) Condenada de modo atenuado.

4.10. O indivíduo de 16 anos de idade que mate voluntariamente uma pessoa:

a) É criminalmente responsabilizável.

b) Não é criminalmente responsabilizável.

c) É criminalmente responsabilizável, com atenuação sancionatória.

**GRUPO V**

**QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL – (4 VALORES/ ou 20%)**

**5.1. A quem compete deduzir o Despacho de Acusação em sede de processo penal?**

- a) Procurador.
- b) Oficial de Diligências.
- c) Juiz do processo.

**5.2. A quem compete proferir o Despacho de Pronúncia ou Despacho Equivalente?**

- a) Secretário Judicial.
- b) Juíz do Processo.
- c) Procurador.

**5.3. Quem preside a instrução contraditória:**

- a) Magistrado do Judicial;
- b) Magistrado do Ministério Público;
- c) Advogado constituído no processo.



**5.4. A quem é atribuída a responsabilidade de tornar conclusivo o processo?**

- a) Oficial de Diligências;
- b) Escrivão de Direito;
- c) Procurador.

**5.5. A quem é atribuída a responsabilidade de realizar as notificações?**

- a) Oficial de Diligências;
- b) Advogado constituído no processo;
- c) Juiz do processo.

**5.6. O Direito processual penal é:**

- a) Ramo do Direito privado substantivo.
- b) Ramo do direito público adjectivo.
- c) Ramo do direito público e privado.

**5.7. Depois de deduzido o Despacho de Acusação o arguido pode?**

- a) Recorrer do Despacho;
- b) Recorrer e juntar contestação;

- c) Requerer a abertura de instrução contraditória.

**5.8. O requerimento de interposição de recurso da decisão condenatória é dirigido para?**

- a) Juiz Presidente da Câmara Criminal do Tribunal Supremo.
- b) Juízes Conselheiros da Câmara Criminal do Tribunal Supremo.
- c) Juiz que proferiu a decisão.

**5.9. Se o acórdão da Câmara Criminal do Tribunal Supremo for desfavorável, o arguido, que goza de foro especial, recorre para:**

- a) O Plenário do Tribunal Constitucional.
- b) O Plenário do Tribunal Supremo.
- c) O Tribunal de Contas.

**5.10. A apresentação da Contestação é da responsabilidade?**

- a) Do Réu;
- b) Das testemunhas;
- c) Do Ofendido